

QUANDO A TRANSPARÊNCIA É O FOCO:

Enquadramentos das notícias publicadas em jornais do Maranhão

When transparency is the focus: framing the news published in newspapers of Maranhão

Germana Plácido¹

Resumo:

A pesquisa busca explorar a natureza do enquadramento (framing) em notícias publicadas nos portais dos jornais O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão, ambos de maior adesão no estado, que utilizam portais da transparência como fonte. A partir da Análise de Enquadramento, foi possível distribuir o corpus de 25 matérias publicadas em 2021 (ano não-eleitoral), conforme elementos/quadros interpretativos, como: conflitos, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Os resultados mostram que, de modo geral, o elemento interesse humano lidera nas molduras das notícias avaliadas, e os dados relacionados à pandemia da Covid-19 assumem o foco das pautas sobre transparência pública nos portais dos jornais.

Palavras-chave: portal da transparência, transparência pública, enquadramento, jornalismo, Maranhão.

Abstract:

The research seeks to explore the nature of framing in news published in the portals of the newspapers O Imparcial, Jornal Pequeno and O Estado do Maranhão, both of the largest adherence in the state, which use transparency portals as a source. From the Framing Analysis, it was possible to distribute the corpus of 25 stories published in 2021 (a non-election year), according to interpretative elements/frameworks, such as: conflicts, human interest, economic consequences, morality, and responsibility. The results show that, in general, the human interest element leads in the frames of the news evaluated, and the data related to the Covid-19 pandemic assume the focus of the agendas on public transparency in the portals of the newspapers.

Keywords: transparency portal, public transparency, framing, journalism, Maranhão.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz (PPGCOM/UFMA). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Estácio São Luís). E-mail: placidogermana@gmail.com.

Introdução

Os estudos voltados para a análise de enquadramentos são perceptíveis na área da Comunicação para identificar aspectos midiáticos que compreendam uma ação dentro do seu contexto e atores envolvidos, trazendo elementos específicos, tanto de cunho textual como cultural (VIMIEIRO; DANTAS, 2009), e elementos genéricos aplicáveis a qualquer cobertura (SEMETKO; VALKENBURG, 200). Nos estudos que atrelam a Comunicação com o campo da Política, o olhar crítico da mídia, em especial o jornalismo, vai além do seu papel de mediador entre a esfera civil e os agentes políticos. É neste contexto, que a análise do enquadramento aplicada como modalidade de pesquisa nos estudos que perpassam pela Comunicação e Política fornecem interpretações sobre a maneira que a sociedade enxerga a realidade construída, e como as redações empregam elementos que permitam olhar para o objeto analisado dentro da discussão da visibilidade pública, como os editoriais (MARQUES; MONT'ALVERNE, 2018).

Embora o próprio conceito de enquadramento seja empregado por diferentes teóricos e pesquisadores, há ainda um impasse para se chegar em uma única definição (BATESON, 1954; GOFFMAN, 1994; ENTMAN, 2007). Contudo, levantamentos sobre pesquisas que abordam essa teoria como base de análise, em geral, utilizam esse viés como parte do processo metodológico para compreender duas ações: enquadramentos da mídia (*media frame*) e dos enquadramentos da audiência (*thought frame, individual frame ou frame effects*) (VIMIEIRO; DANTAS, 2009). Assim, o objetivo desta pesquisa centraliza-se em compreender e identificar quais os enquadramentos empregados em notícias publicadas nos portais dos jornais O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno em 2021, ambos de maior adesão no Maranhão, que utilizam ou fazem menções a portais da transparência.

Nesse contexto, propõem-se responder o seguinte questionamento: **quais enquadramentos são aplicados nas matérias dos portais dos jornais do Maranhão**

que citam os portais da transparência? Para alcançar o objetivo proposto e responder à pergunta central, emprega-se a Análise de Enquadramento (ENTMAN, 1993). As 25 matérias foram analisadas a partir dos elementos genéricos propostos por Semetko e Valkenburg (2000): conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade.

Este artigo está dividido da seguinte forma: os dois primeiros capítulos teóricos trazem a revisão de literatura sobre enquadramento, jornalismo e transparência pública. Posteriormente, em “Procedimentos e Estratégias Metodológicas”, são mencionadas técnicas de coleta e de elementos da análise de dados, assim como a definição/justificativa do *corpus*. No capítulo 5, há uma breve contextualização do objeto da pesquisa e a análise das matérias, conforme metodologia proposta, e as discussões. Por fim, a seção “Considerações finais” é voltada para discutir as descobertas, delimitações do estudo e possíveis apontamentos.

1. Enquadramento noticioso

Partindo dos primeiros estudos sobre enquadramento e sob a perspectiva de autores que abriram lacuna para o que temos de mais sólido hoje, o enquadramento noticioso é uma teoria de Comunicação formulada por Bateson (1954) e depois por Goffman (1974), pioneiros em estudar a temática. Os dois teóricos partiram da perspectiva de que a mídia utiliza de determinadas palavras, ideias e expressões e adjetivos que dão um toque ao acontecimento, enfatizando aspectos e ocultando outros do evento. É por esta perspectiva que a ênfase ou recorte do ângulo, segundo os teóricos, acabam interferindo nos processos de mudanças sociais, uma vez que a interpretação do leitor ou telespectador pode ser modificada.

Goffman (1986) deixou entre suas obras o livro *Frame Analysis*, uma das principais fontes teóricas mais sistemática para quem estuda enquadramento. Nessa obra, o autor define enquadramentos como elementos de organização que governam os eventos sociais

e suas relações com a sociedade. A partir desses elementos, segundo o autor, percebemos os eventos, e o enquadramento permite responder à pergunta: "O que está ocorrendo aqui?" (GOFFMAN,1986). Logo, os enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente, permitindo as pessoas compreenderem os eventos sociais.

Dentro do que se sustenta o enquadramento, as notícias são “uma janela para o mundo” e, portanto, enquadram a realidade a que temos acesso (TUCHMAN, 1978). Desta forma, podemos interpretar, com base na afirmação do teórico, que o enquadramento evidencia que os valores jornalísticos como neutralidade, imparcialidade e objetividade devem ser entendidos como parâmetros que ajudam a mídia a definir as “redes de facticidade”, ou seja, o que conta ou o que não conta como fato para a mídia.

No campo da comunicação e política, D’Angelo (2011) menciona que é comum uma análise voltada para os sites de notícias que, por meio de uma estrutura textual, é possível a organização mais coesa desses quadros (*framing*) com foco em aspectos puramente cognitivos. Para o autor, o enquadramento é mais um programa de pesquisa do que um paradigma unificado e que a diversidade teórica tem sido benéfica no desenvolvimento de uma compreensão abrangente do processo. Reese (2007) sinaliza que o valor do enquadramento não depende de seu potencial como pesquisa unificada, mas como um modelo provocador que faz a ponte entre partes, o que precisa estar em contato uns com os outros: quantitativo e qualitativo, empírica e interpretativa, psicológica e sociológica, acadêmica e profissional.

Mesmo que autores sugerem diferentes definições e interpretações para o enquadramento, é certo que o conceito proposto por Entman (1993) é aplicado até hoje pelos pesquisadores, quando se estruturam as categorias como elementos avaliativos. O autor aponta para o fato de que as mensagens jornalísticas costumam definir problemas, diagnosticar suas causas, sugerir julgamentos morais sobre eles e, eventualmente, sugerir mecanismos para sua solução (ENTMAN, 1993, p. 52). Em síntese, enquadrar significa

selecionar alguns aspectos da realidade percebida e enfatizá-los em um texto ou mensagem, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento para o fato noticioso. Há, contudo, quem acha “perigosa” essa ampla utilização de conceitos diferentes sobre enquadramento, devido à perda da precisão conceitual. Mendonça e Simões (2012) afirmam que:

Na medida em que a definição de um conceito se expande para abarcar fenômenos diferentes, há prejuízos no que concerne à sua exatidão. Os limites e contornos do conceito tornam-se dispersos e pouco claros. A segunda consequência potencialmente perigosa diz respeito a uma eventual fratura do conceito. Para além da expansão semântica, o conceito passa a ser usado com sentidos diferentes e, muitas vezes, conflitantes (MENDONÇA; SIMÕES, p. 187, 2012).

Embora haja uma sinalização para a problemática do uso expandido do termo enquadramento, é possível perceber que o conceito aplicado por Entman (1993, 2007) ainda supre uma análise favorável aos conteúdos disseminados pela mídia a partir de elementos pré-estabelecidos como as categorias analíticas.

Como exemplo, menciona-se uma análise de enquadramento proposta em um estudo brasileiro, sob autoria da pesquisadora Vera França (2009), que mostrou o enquadramento da mídia a partir da cobertura do caso Eloá², ocorrido em outubro de 2008. Em sua pesquisa, França (2009) evidenciou que os quadros de sentido (ou *frames*) serviram para identificar, organizar e dar inteligibilidade às interações vividas. No caso estudado, os *frames* situaram o evento dentro de um dado contexto normativo, permitindo aos atores identificar a situação, adequar suas expectativas e orientar sua ação (França, 2009, p. 14).

Portanto, o conceito de enquadramento tem sido definido como complemento importante para cobrir lacunas de teorias existentes (PORTO, 2002) e, para aplicá-lo em uma análise,

² Caso Eloá Cristina se refere ao mais longo sequestro em cárcere privado já registrado pela polícia do estado brasileiro de São Paulo, seguido de homicídio, que adquiriu grande repercussão nacional e internacional.

é preciso especificar os diferentes níveis, sinalizando claramente os diversos tipos. Diante do exposto, os enquadramentos não devem ser identificados em si pontualmente (VIMIEIRO; DANTAS, 2009), mas através de categorias/variáveis que permitam uma análise mediante o contexto e objeto estudado.

No jornalismo, além dos critérios de noticiabilidade como aporte para pautar o acontecimento e emplacar o assunto em primeira mão, é possível, por meio de *frames* ou quadros interpretativos, captar e manter o interesse do público por meio da emoção, característica que está ligada aos elementos/quadros genéricos de interesse humano (SEMETKO; VALKENBURG, 2000).

Diante do papel da mídia em dar visibilidade a temas públicos, como a transparência, analisá-la sob os elementos construtivos do enquadramento é válido para compreender como a mídia torna público o que é de interesse público, interesse institucional e/ou até mesmo questões mercadológicas. Assim, é possível identificar que há uma associação a longo prazo entre os dois campos, onde a existência de uma relação benéfica entre mídia e política pode ser tensionada ao sugerir diferentes interpretações sobre o que está sendo discutido na notícia.

2. Jornalismo e os portais da transparência como fonte

No processo de prestação de contas (*accoutability*³), ou como agente fiscalizador (*watchdog*⁴), o jornalismo reforça o debate público sobre a transparência pública (BRENOL, 2019) quando joga luz sobre as ações do governo em relação ao uso da verba, às atitudes políticas e de planejamento, que demandam dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário iniciativas e ferramentas que possibilitem o cidadão comum ou a

³ O termo é empregado dentro do campo da política e da administração pública como um processo de prestação de contas efetiva, quando há a transparência dos atos de gestão do governo, permitindo a responsabilização dos gestores pelos resultados entregues à sociedade.

⁴ A referência é dada ao jornalismo como agente de vigilância aos atos de atores políticos.

mídia o monitoramento. É neste contexto que a mídia busca os portais da transparência como ferramenta de exportação de dados e como fonte para dar autoridade e embasamento ao discurso do material noticioso sobre agentes políticos e instituições públicas, exercendo influência no processo de prestação de contas e na apropriação da informação pública.

A imprensa brasileira age, em casos de disputas entre poderes constituídos, de forma a intervir em favor de um poder contra o outro, camuflando um modelo inteiramente distinto acerca do seu propósito, o modelo caracteristicamente brasileiro do "poder moderador" (ALBUQUERQUE, p.43, 2000). A imprensa como Poder Moderador (conceito utilizado no Brasil) desempenha uma espécie de superpoder, de arbitragem dos conflitos que se estabelecem entre os três Poderes da República, e da defesa do interesse público para além deles (ALBUQUERQUE, 2009). Quando considerada como Quarto Poder, a mídia, em especial a imprensa, atua como uma espécie de controle social, desempenhando um papel no exercício do governo, ainda que não oficial, como um instrumento auxiliar, do qual os três poderes interdependentes do governo se controlam reciprocamente descrita no modelo de *Fourth Branch* (ALBUQUERQUE, 2009).

No Brasil, com o amparo da Constituição Federal de 1988, existem ainda leis complementares (LCP) que justificam a criação e implementação dos portais de transparência como mecanismo de fiscalização dos órgãos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), por exemplo, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites etc. A Lei da Transparência (LC 131/2009), por outro lado, foi criada para divulgar em tempo real a receita e despesas de toda entidade pública (com o prazo máximo de 24h) em um site na internet, seguindo exigências técnicas. A Lei da Transparência difere da Lei de Acesso à Informação pelo fato que a

primeira tem um escopo bem menor, já que se trata apenas do aspecto financeiro, enquanto a segunda aborda, literalmente, qualquer assunto que o público tenha interesse.

Os portais de transparência disponibilizam dados oriundos de diversas fontes de informação, entre as quais estão os grandes sistemas estruturadores do Governo Federal – como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) –, as bases de benefícios sociais, as faturas de Cartão de Pagamentos do Governo Federal, as bases de imóveis funcionais, entre diversas outras.

No Portal do Governo Federal, por exemplo, os órgãos responsáveis por cada fonte de informação encaminham seus dados para a CGU, que recebe, reúne e disponibiliza as informações na ferramenta. A periodicidade da atualização dos dados disponíveis depende do teor do assunto, mas tem prazo, em casos específicos, de acordo com a lei. O acesso aos portais não requer usuário nem senhas, sendo permitido a qualquer cidadão navegar pelas páginas de forma livre, bem como visualizar e utilizar os dados disponíveis da forma que melhor lhe convier. As informações podem ser consultadas em formato de painéis, consultas detalhadas, gráficos, dados abertos⁵. É fundamental mencionarmos que a LAI insere também a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação (Artigo 3º, inciso III).

Por outro lado, há necessidade de aprimoramentos nos mecanismos que são utilizados na relação entre Estado e sociedade. Um exemplo desses mecanismos é o gerenciamento das informações oriundas dos Portais de Transparência. Afinal, para ter transparência é preciso que o olhar externo compreenda os dados e a ação praticada (FERRACIOLI, 2021). Logo, a tendência atual para a transparência tem requerido fortalecer os mecanismos que levam a mais abertura do Estado, em que há valorização da mídia, em

⁵ Descrição sinalizada na página inicial do Portal do Governo:
<https://www.portaltransparencia.gov.br/sobre/o-que-e-e-como-funciona>

especial o jornalismo, e de outros recursos e atividades especializadas voltadas para a produção e distribuição de informação (ALMADA; AMORIM; GOMES, 2018).

O jornalismo como agente defensor e intermediador do interesse público possuem competências e estratégias da própria instituição capazes de reforçar as iniciativas de transparência – “não apenas ao divulgar para o público amplo a existência de tais recursos, mas, também, ao pressionar instituições oficiais a atualizarem as informações e ao solicitarem informações que, eventualmente, podem se transformar em pauta” (FERRACIOLI, 2021, p.48).

3. Procedimentos e estratégias metodológicas

O conceito de enquadramento estabelecido por diferentes autores (ENTMAN, 2007; GOFFMAN, 1986; MCCOMBS&GHANEM, 2001), que analisam objetos a partir dessa perspectiva é o ponto de partida para a construção da estratégia metodológica aplicada nesta pesquisa. Como já vimos, embora seja um conceito que não possui uma definição consensual entre esses autores, é possível analisar o enquadramento da mídia a partir da identificação de aspectos, categorias e abordagens/viés, mediante a estudos já realizados (PORTO, 2002).

Partindo do enquadramento dado às notícias que têm como fonte os portais de transparência, a metodologia aplicada foi a Análise de Enquadramento com abordagem qualitativa para a obtenção de dados descritivos que possam conduzir a uma interpretação sobre o objeto proposto, a fim de sistematizar as notícias selecionadas. Tal classificação se deu a partir dos elementos propostos por Semetko e Valkenburg (2000): conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade (quadro 1).

Quadro 1 – Elementos avaliativos do enquadramento

QUADRO	DESCRIÇÃO
Conflito	Foca nos embates dos atores envolvidos aborda os próximos passos de cada lado e menciona como cada indivíduo pretende agir.

Interesse Humano	Foca nos atores envolvidos no caso exposto. O personagem é destacado e vira o centro das atenções ao longo do texto.
Consequências Econômicas	Foca nas questões econômicas relacionadas ao problema ou assunto tratado.
Moralidade	Foca para o lado moral, ético ou religioso, aquilo que é justo ou não, o que seria o moralmente correto na situação-problema.
Responsabilidade	Foca no papel dos entes públicos em indicar as saídas possíveis para a questão/problema.

Fonte: Autora (2022).

A amostra empírica é formada por notícias publicadas nos portais dos jornais O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do Maranhão. O recorte temporal compreendeu o ano de 2021 por ser um ano não-eleitoral, objetivando não coletar matérias com conflitos de interesses ou partidárias de cunho tendencioso.

A seleção do conteúdo foi feita manualmente em ambos os jornais por meio dos buscadores de cada portal com a inserção da palavra-chave “portal da transparência” e “transparência”. Ao todo, 25 matérias foram encontradas, o que corresponde ao *corpus* de análise desta pesquisa, distribuídas pelos três jornais, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Quantidade de matérias por jornal

JORNAL	QUANT. MATÉRIAS	PORCENTAGEM
O Imparcial	11	44%
Jornal Pequeno	12	48%
O Estado do MA	2	8%
TOTAL	25	100%

Fonte: Autora (2022).

Todo o conteúdo referente às matérias foi distribuído em planilha no Excel, dividido da seguinte forma: nome do veículo, data de publicação, título da matéria, subtítulo e seção publicada. Na sequência, para identificar os tipos e quais elementos/quadros do enquadramento foram evidenciados em cada matéria, foram elencadas perguntas, conforme propõe Semetko e Valkenburg (2000) e empregadas por Ferracioli e Rizzotto (2020) em sua pesquisa sobre enquadramentos na cobertura sobre biografias nos *quality*

papers Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, que admitiam respostas de “sim” ou “não para os elementos/quadros propostos:

1) Conflitos - A matéria reflete o desentendimento entre partidos ou indivíduos ou grupos? / Os grupos em conflito lançam comentários de reprovação uns aos outros? / A matéria menciona a existência de dois ou mais aspectos da questão retratada?

2) Interesse Humano - A matéria traz um exemplo, uma “cara humana” para o problema? / A matéria emprega adjetivos ou recursos linguísticos para gerar sentimentos como ultraje, empatia, apoio ou compaixão? / A matéria enfatiza como os indivíduos ou grupos são afetados pelos problemas? / A matéria aborda aspectos privados da vida dos atores sociais mencionados?

3) Consequências Econômicas – A matéria menciona perdas ou ganhos financeiros dos envolvidos? / A matéria aborda os custos e despesas relacionados à questão? / Há referências às consequências econômicas de tomar ou não determinada atitude quanto ao problema? / Há menção a argumentos econômicos utilizados por algum dos atores sociais?

4) Moralidade – A matéria aborda algum aspecto moral/éticos do tema? / A matéria faz referência a aspectos religiosos que envolvem o problema? / A matéria prescreve maneiras de como resolver o problema? / A matéria menciona a superioridade moral de algum dos argumentos levantados?

5) Responsabilidade - A matéria sugere que alguma esfera do governo tem habilidade para resolver o problema? / A matéria sugere que alguma esfera do governo é responsável pelo problema? / A matéria sugere soluções para o problema? / A matéria sugere que um indivíduo ou grupo de pessoas atua para buscar soluções para o problema?

4. Jornais do Maranhão e o enquadramento da transparência

4.1 Contextualização da mídia local

Durante o século XX, o Maranhão registrou em sua linha do tempo avanços para o seu contexto histórico, econômico, político e social com a chegada e inovação de jornais locais, como O Imparcial⁶, O Estado do Maranhão⁷ e Jornal Pequeno⁸, o que foi um divisor de águas para a perspectiva local e, como consequência, para a visibilidade nacional. As inovações técnicas, modernização digital e mudanças editoriais reforçaram o papel da mídia local em suas diferentes intervenções, com ênfase para o cenário político, que utiliza a mídia como ferramenta estratégica de disputa de poder.

No Maranhão, a história da imprensa começou em 15 de abril de 1821, quando foi impresso o primeiro jornal maranhense, O Conciliador do Maranhão, idealizado pelo então governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822), que nomeou como redatores seu oficial de Secretaria de Governo, Antônio Marques da Costa Soares, e o padre José Antônio Ferreira da Cruz Tezinho, pároco que tinha boa circulação no meio político (PORTAL DA UFMA, 2021).

O jornal O Imparcial foi criado em 01 de maio de 1926 pelo empresário João Pires Ferreira com o objetivo de levar às ruas do estado do Maranhão um jornal sem comando político-partidário, imparcial. Ao longo dos seus quase 96 anos, o jornal mais antigo ainda em circulação no estado já colocou em circulação mais de 36 mil edições⁹, contando com um parque gráfico que imprime mais de 35 mil exemplares por hora, em cores (PINTO, 2007). Com a sua versão online e a instantaneidade da informação em seu portal, o jornal bate média de quatro e cinco milhões de acessos mensais. Além disso, o jornal está presente nas redes sociais, contando com 6 milhões de acessos em suas plataformas (O IMPARCIAL, 2021).

Em maio de 1951, foi lançado em São Luís o Jornal Pequeno, fruto do jornalista José de Ribamar Bogéa. Seguindo o mesmo princípio de criação do O Imparcial, o Jornal

⁶ <https://oimparcial.com.br/noticias/2019/05/imparcial-93-nossa-historia-e-a-sua-historia/>

⁷ <https://imirante.com/oestadoma/historico/>

⁸ <https://jornalpequeno.com.br/o-jornal/>

⁹ Informação obtida por meio da matéria em comemoração aos seus 94 anos. Ver em: <https://bit.ly/3Jyzi08>

Pequeno “surgiu na condição de único órgão de imprensa conceitualmente apartidário, fora de todas as propostas e propósitos políticos vigentes” (JORNAL PEQUENO – EDITORIAL). No decorrer de suas sete décadas, o jornal passou por mudanças no cenário político no Maranhão, se tornando um dos maiores opositores à família Sarney, detentora do jornal O Estado do Maranhão, no campo da imprensa.

O Estado do Maranhão, antigo Jornal O Dia, foi criado em 1973 pelos poetas José Sarney e Bandeira Tribuzi, surgiu com a proposta inicial de ser "um órgão a serviço da verdade" (O ESTADO – EDITORIAL). Em 2021, no auge de suas cinco décadas, a versão impressa deixou de circular¹⁰, havendo uma reconfiguração editorial, onde a versão digital se integrou ao portal de notícias Imirante, lançado em 2000 pelo Grupo Mirante. Durante os 200 anos de imprensa no Maranhão, o impresso é considerado um dos jornais com maior circulação no estado. A última publicação em seu portal de notícias foi em 21 de outubro de 2021, trazendo uma reportagem com o ex-presidente José Sarney, um dos fundadores de O Estado do Maranhão¹¹.

Ambos os jornais contribuíram para as diferentes facetas do jornalismo local, trazendo conteúdos para além do factual e contribuindo com a estrutura político-partidária que o estado do Maranhão se encontra atualmente. O cenário e adaptações editoriais que a mídia maranhense enfrenta provém de alicerce e reformulações políticas, mesmo que jornais levantem a bandeira da imparcialidade.

4.2 Análise do enquadramento e discussão

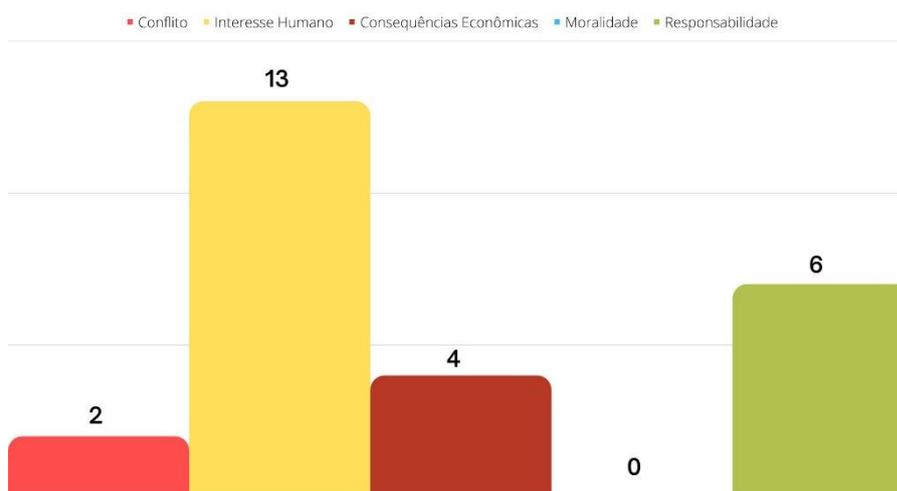
Analisamos as notícias que fazem menções e/ou utilizam portais da transparência como fonte publicadas em 2021. Partindo, inicialmente, da análise descritiva dos dados encontrados, nota-se que o elemento/quadro “moralidade”, proposto por Semetko e Valkenburg (2000), não foi localizado em nenhuma das 25 matérias (gráfico 1). Este quadro faz referência ao texto que contém uma mensagem moral ou a princípios

¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3CU5CnC>.

¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3BTqfC2>.

religiosos. O foco aqui analisado olhava para o texto com o intuito de verificar se a mídia divulgava discussões sobre o que é certo e o que é errado, aspectos éticos e morais relacionados a agentes e/ou instituições públicos sobre a transparência pública.

Gráfico 1 – Enquadramentos presentes nas notícias



Fonte: Autora (2022).

Por outro lado, o elemento “interesse humano” foi identificado em 13 matérias, como na notícia divulgada no dia 23 de maio de 2021, no portal do jornal O Imparcial. O texto enfatiza o aumento no percentual do número de óbitos por Covid-19 de pessoas mais jovens, na faixa etária entre 30 e 39 anos e de 80% na população de faixa dos 50 aos 59 anos, contabilizados pelos Cartórios de Registro Civil de São Luís. Para detalhar os números e dados descritos no texto, a matéria cita o Portal da Transparência do Registro Civil como fonte. Percebe-se que o foco ao longo do texto são os jovens, relacionados à faixa etária com maior percentual de vítimas pela Covid-19. Além de trazer um impacto sobre os números e dados divulgados, o texto traz características que geram sentimentos de impacto e comoção.¹²

¹² Ver em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2021/05/pessoas-nao-vacinadas-morrem-mais-na-capital/> .

Os portais de O Imparcial e O Jornal Pequeno publicaram pautas com a mesma abordagem e assunto, no mesmo período, e foram achados os elementos de “interesse humano”, como nas matérias que estão relacionadas a óbitos e taxa de natalidade durante a pandemia. No portal de O Estado do Maranhão, não foi identificado o quadro de “interesse humano”.

O elemento “responsabilidade” fica em segundo lugar no ranking, evidenciado em 6 matérias, seguido do elemento “consequências econômicas” (4) e, por último, pelo elemento “conflito” (2). Na notícia divulgada pelo jornal em 13 de setembro de 2021, é evidenciado, logo no subtítulo, que municípios maranhenses enfrentarão as consequências legais do descumprimento de regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com relação à transparência. A matéria com o título “Oito prefeituras maranhenses devem pagar multa por falta de transparência fiscal” norteia o leitor quanto a aspectos sobre a responsabilidade do município em resolver o problema da omissão de dados contábeis e fiscais, Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Gestão Fiscal, de 01 bimestre e 01 quadrimestre, respectivamente, nos prazos estabelecidos por lei.¹³

Ainda sobre o elemento “responsabilidade”, é possível identificar que as duas matérias publicadas no portal do jornal O Estado do Maranhão há a presença deste quadro interpretativo do enquadramento. A primeira, compartilhada em 21 de janeiro de 2021, traz a polêmica dos gastos do executivo com alimentos considerados supérfluos e a instabilidade do Portal da Transparência do Governo Federal. A segunda aborda a omissão de dados, como folha de pagamentos, no Portal da Transparência da Prefeitura de Rosário - MA. Em ambas, identificamos um órgão ou agente governamental responsável pelo problema e apontado como solucionador.

Foram identificados mais de um elemento em determinadas matérias, porém, focamos em apontar o elemento/quadro com mais evidência em cada texto, como é exemplificado na

¹³ Ver em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2021/09/oito-prefeituras-maranhenses-devem-pagar-multa-por-falta-de-transparencia-fiscal/> .

matéria publicada no dia 10 de abril de 2021, intitulada “Denúncia de Duarte sobre gastos provoca reações de secretário”¹⁴. A presença do elemento “conflito” é perceptível ao evidenciar dos lados opostos na situação exposta. Por um lado, há a figura do deputado estadual Duarte Júnior (Republicanos) e, do outro, o secretário de comunicação da Prefeitura de São Luís, Joaquim Haickel. Dentro do elemento “conflito”, evidencia-se que houve “sim” desentendimento entre os lados; e houve “sim” lançamentos de comentários negativos entre os agentes públicos. Apesar do texto focar nos gastos e direcionamentos de verbas para a Secretaria de Comunicação, onde foram usados com pautas não-emergentes, não foi classificado como elemento “consequências econômicas”. A presença dos dois elementos é evidente no decorrer do texto, porém o embate entre secretário e deputado traz enredo e características de “conflitos”.

O elemento “consequências econômicas” é visto em 4 matérias. Percebe-se que é destacado em matérias que tratam sobre o “auxílio emergencial”, “crise dos setores de eventos frente à pandemia”, “ICMS” e “fraudes”. Na matéria publicada pelo O Jornal Pequeno em 29 de abril de 2021, sobre a crise econômica no setor de eventos¹⁵, há destaque para o auxílio oferecido pelo Governo Federal para a classe e como a pandemia ocasionou o déficit na área. No texto, é possível notar perdas financeiras, custos e despesas relacionados com a improdutividade, e argumentos econômicos utilizados pelos afetados relacionados a possíveis ações/soluções vindas do governo.

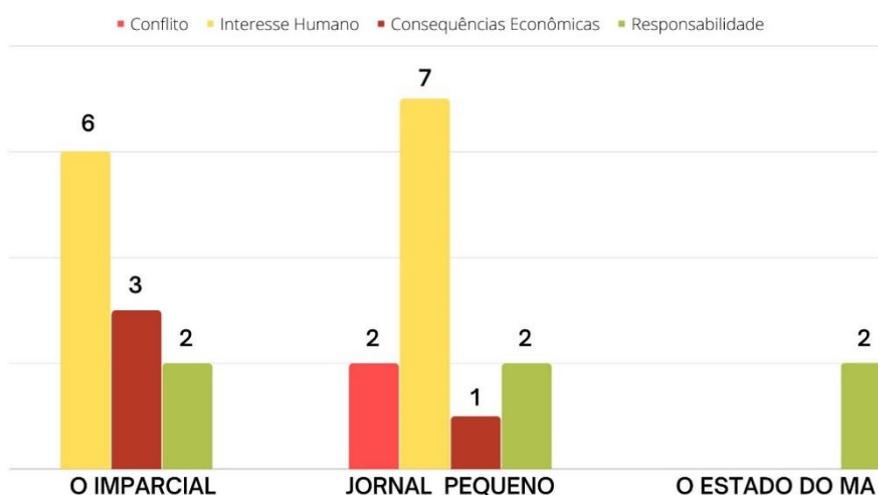
Com base no gráfico 2 abaixo, é possível verificar que os elementos/quadros sinalizados anteriormente, com exceção para o elemento “moralidade”, foram todos vistos nas matérias publicadas no portal de notícias do Jornal Pequeno, que utilizam os portais da transparência como fonte e/ou faziam menções à transparência pública. No portal do

¹⁴ Ver em: <https://jornalpequeno.com.br/2021/04/10/denuncia-de-duarte-sobre-gastos-da-prefeitura-de-sao-luis-provoca-reacoes-de-secretario/>.

¹⁵ Ver em: <https://jornalpequeno.com.br/2021/04/29/setor-de-eventos-sofre-para-sobreviver-a-crise-provocada-pelo-novo-coronavirus-em-sao-luis/>.

jornal O Imparcial, foi identificado apenas os elementos “interesse humano”, “consequências econômicas” e “responsabilidade”. Já em O Estado do Maranhão, identificou-se apenas o elemento “responsabilidade”.

Gráfico 2 – Enquadramento por veículo



Fonte: Autora (2022).

Corroborando com a discussão do que se propõe o papel do jornalismo frente aos debates públicos e de interesse público, as notícias avaliadas, em geral, trazem discussões sobre a transparência em suas diferentes dimensões, relacionando os gastos, prestações de contas, atuação de atores políticos, instituições públicas, cenários econômicos, para que o acesso e participação a essa informação seja possível. Assim, o jornalismo participa diretamente desse processo de transparência ao direcionar a atenção da esfera pública para certos agentes e suas condutas (FERRACIOLI, 2021). A. Afinal, a transparência pública evidenciada pela mídia precisa produzir informação pública com a qualidade da informação disponível (ALMADA; AMORIM; GOMES, 2018).

A linguagem clara e objetiva nas técnicas empregadas no jornalismo de dados convidam o leitor a participar do debate por dar enredo aos dados oriundos dos portais da transparência, aliados a elementos/quadros interpretativos do enquadramento (SEMETKO; VALKENBURG, 2000). Nota-se que a predominância das notícias analisadas trouxe elementos relacionados ao “interesse humano” e “responsabilidade”, quadros tensionados a temas que geram interesse público.

Considerações finais

Mais do que discutir em profundidade as propriedades dos enquadramentos midiáticos detectados, o objetivo deste artigo foi explorar a natureza do enquadramento (*framing*) em notícias, que têm os portais de transparência como fonte, publicadas nos portais dos jornais O Imparcial, Jornal Pequeno e O Estado do MA.

Por se tratar de um conceito com diversas definições e aplicação de elementos variáveis, ambos os jornais possuem enquadramentos interpretativos específicos do recorte noticioso, uns com mais evidência - “interesse humano”, para uma adesão da leitura da notícia por possuir elementos que geram interesse, emoção e sensibilidade, e outros sem destaque - “moralidade”, objetivando não empregar assuntos religiosos éticos e morais relacionados à transparência.

A tendência por empregar elementos de “interesse humano” com mais ênfase nas notícias joga luz sobre o próprio papel do jornalismo como agente defensor do interesse público. Aqui, é válido mencionar que, ao propor a pauta da transparência pública, é possível por meio dos enquadramentos compreender temas centrais que a mídia sugere para discussão sobre os dados públicos. É possível identificar que, em ambos os jornais, apesar da linha editorial de cada veículo, houve uma preocupação em expor pautas com a mesma temática, como os altos números de óbitos e gastos no período da pandemia.

De todo modo, apesar dos elementos dos enquadramentos serem genéricos e válidos para a compreensão do objetivo da pesquisa, cabe mencionar que os potenciais e limites da metodologia aqui empregada acarretam uma análise minuciosa, ou a combinação com a Análise de Conteúdo (AC), de outras temáticas abordadas pelos jornais do Maranhão, especificamente, para compreensão do papel do jornalismo frente a assuntos que envolvam governo e sociedade.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, A. Um outro quarto poder: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000.
- D'ANGELO, P. (2011). Studying Framing in Political Communication with an Integrative Approach. **American Behavioral Scientist**, 56(3), 353–364. doi:10.1177/0002764211426332 .
- 200 ANOS DA IMPRENSA NO MARANHÃO. **Portal da UFMA**, São Luís, 20, nov. 2021. Disponível em: <<https://portalpadrao.ufma.br/site/200-anos-da-imprensa-no-maranhao>> Acesso em: 12, mar. 2022.
- ENTMAN, ROBERT M. 2007. Framing Bias: Media in the Distribution of Power. **Journal of Communication**, 57(1): 163–73. <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1460-2466.2006.00336.x> (March 1, 2012).
- ENTMAN, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, 43(4), 51–58.
- FERRACIOLI, P.; RIZZOTTO, C. Entre a responsabilidade, o conflito e o interesse humano: análise de enquadramento da cobertura sobre biografias. **Lumina**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 175–193, 2020. DOI: 10.34019/1981-4070.2020.v14.21472. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21472>.
- FERRACIOLI, PAULO. **Checagem de fatos, transparência pública e atuação política do jornalismo**: um estudo comparado sobre os sistemas de mídia de Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Itália. 2021. 278 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.
- FRANÇA, VERA R. V. (2009), “O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático”. Trabalho apresentado no **VI SOPCOM**, Lisboa.
- GOFFMAN, ERVING. **Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience**. 2. ed. Boston: Northeastern University Press, 1986. Primeira edição em 1974.

MARQUES, F. P. J., & MONT'ALVERNE, C. (2019). Conflitos, barganhas e desprezo pelo interesse público: enquadramentos do congresso nacional em editoriais da Folha de S. Paulo. *Revista FAMECOS*, 26(1), e30158. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.1.30158>.

MARQUES, F. P. J.; VELOSO, R. B. O Jornalismo e as fontes no processo de construção da realidade: Um estudo da cobertura sobre Segurança Pública no jornal "O Povo". *Revista C-Legenda*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 34, p. 92-116, nov. 2016.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-235, jun. 2012.

95 ANOS ESCREVENDO A NOSSA HISTÓRIA. *O Imparcial*, São Luís, 01, mai. 2021. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2021/05/95-anos-escrevendo-a-nossa-historia/>> Acesso em: 15, mar. 2022.

PINTO, P. A. *Jornal O Imparcial: o embrião do fotojornalismo maranhense*. *Revista Cambiassu*, São Luís - MA, v. XVII, n. 3, jan.- dez. 2007.

PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e Política. *XXVI Encontro da ANPOCS*, Caxambu, 2002.

REESE, S. D. (2007). The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. *Journal of Communication*, 57(1), 148–154. doi:10.1111/j.1460-2466.2006.00334.x.

REESE, S.D., GANDY, J., & GRANT, A.E. (Eds.). (2001). *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781410605689>.

SEMETKO, Holli A; VALKENBURG, Patti M. Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. *Journal of Communication*, v. 50, n. 2, p. 93-109, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02843.x>.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. Entre o implícito e o explícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora*. v. 3, n. 2, dez. 2009.